**O ENAEX E A SIMPLIFICAÇÃO DO COMÉRCIO**

*Ivan Ramalho, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Comércio Exterior (ABECE)*

Nos últimos dez anos o comércio exterior brasileiro apresentou um grande crescimento, tanto em volume como em valor. Em 2000 a corrente de comércio alcançou US$ 110 bilhões e em 2010 chegou a US$ 383 bilhões.  Neste ano certamente vai se aproximar de meio trilhão de dólares.

As principais razões para esse crescimento foram sempre debatidas e incentivadas no Enaex- Encontro Nacional de Comércio Exterior, nas mais de três décadas de realização deste que certamente é o mais importante congresso do comércio exterior brasileiro. Dentre os principais temas debatidos nas trinta edições do Enaex até hoje realizadas, muitas com envio de propostas ao governo federal, os seguintes merecem um registro especial: fortalecimento da promoção comercial, modernização do sistema de financiamento, instituição do seguro de crédito das exportações, estímulo ao processo de negociações comerciais em diferentes regiões e países, implantação do sistema de defesa comercial, aperfeiçoamento do sistema de logística portuária e a modernização das estatísticas de comércio exterior.

Mas um dos pontos que mereceu sempre especial atenção dos organizadores foi o da desburocratização, talvez porque em várias pesquisas com exportadores e importadores, realizadas em diferentes momentos, este tenha sido um problema que sempre preocupou bastante a todos os participantes e ainda inibe o ingresso de um número maior de empresas nesta atividade.

Com efeito, em mais de uma oportunidade a questão da burocracia no comércio exterior foi debatida e quase sempre atacada com muita ênfase, inclusive pelo próprio presidente da AEB, Benedicto Fonseca Moreira, que muitas vezes registrou de público o seu desconforto com os vários documentos solicitados e com o elevado número de órgãos governamentais que atuam no controle prévio de operações. Sempre foi também bastante criticada a legislação, dispersa e numerosa, que agrega leis, decretos, portarias e muitos outros normativos infralegais.

É inegável que os debates e esforços no âmbito dos muitos Enaex não foram em vão. Muitas foram as iniciativas já tomadas nos últimos anos pelos diferentes órgãos governamentais. Dentre as que permitiram sensível simplificação do comércio exterior brasileiro pode ser lembrada a implantação do Siscomex, que resultou em grande redução do número de documentos destinados ao controle das operações, incluindo a eliminação das guias de importação e de exportação. Com o fornecimento de estatísticas tempestivas os órgãos de governo passaram a monitorar o comércio exterior sem a necessidade de controles prévios.

Foi também desenvolvido e implantado um amplo processo de informatização de todos os postos de Aduana, não só nos portos como também nos aeroportos e fronteiras. Atualmente os órgãos governamentais responsáveis pelo controle das operações atuam de forma integrada, utilizando os mesmos formulários eletrônicos, o que reduz sensivelmente o número de informações que as empresas e seus agentes devem prestar quando executam uma operação de comércio exterior.

Muito ainda pode ser feito e nossas autoridades estão evidenciando que continua existindo uma preocupação com a simplificação e a modernização do processo. Assim é que a Camex - Câmara de Comércio Exterior criou recentemente um Grupo Técnico Interministerial com a missão de sintetizar e modernizar a dispersa legislação referente às operações de exportação e importação. A Secretaria de Comércio Exterior do MDIC acaba de editar uma nova portaria que consolida todo o tratamento administrativo das importações e das exportações. A consolidação evita que as empresas e seus agentes tenham que recorrer, a toda hora, a vários normativos editados em diferentes momentos.

No Painel VIII do Enaex deste ano, intitulado "Sistemas tributário e aduaneiro: modernizar para competir", do qual participei, assistimos a uma exposição da Receita Federal do Brasil na qual ficou demonstrado que prossegue a modernização da Aduana brasileira, com a adoção de medidas que estão permitindo expressiva redução do tempo gasto no processo de desembaraço aduaneiro de mercadorias.

São iniciativas que conferem mais transparência ao comércio exterior brasileiro. Favorecem a imagem do Brasil no exterior e contribuem para a atração de investimentos estrangeiros. Esperamos que o governo federal prossiga adotando medidas de desburocratização e redução dos controles prévios, o que é imprescindível para o ingresso de novas empresas, principalmente pequenas e médias, nas atividades de comércio exterior. Só assim teremos uma diversificação mais expressiva de nossa pauta comercial, especialmente para o desejado ingresso de produtos de maior valor agregado.

Fonte: Jornal do Comércio, 14/09/11